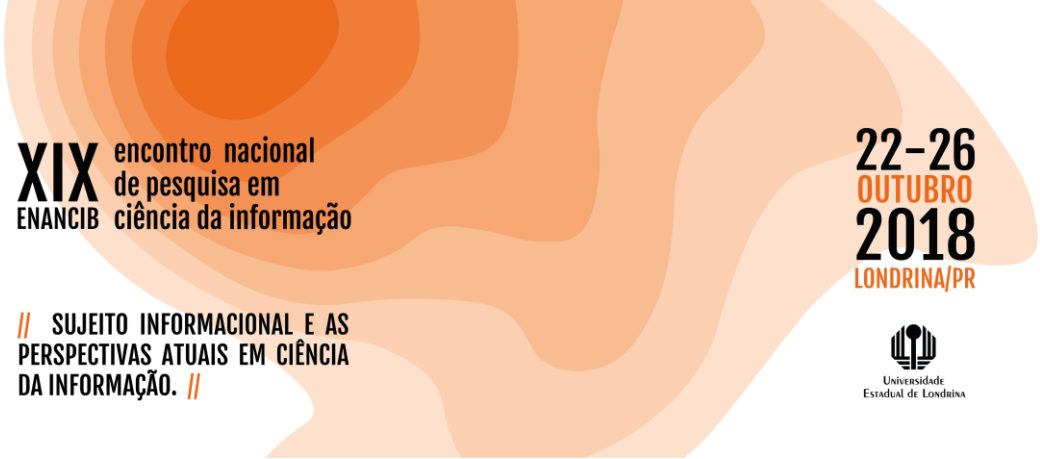




XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT- 2 – ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

ANÁLISE DOCUMENTÁRIA: A representação da informação em arquivos permanentes

Dyego Miguel V. de Aguiar (Universidade Federal de Campina Grande)

Gracy Martins (Universidade Federal da Paraíba)

DOCUMENTARY ANALYSIS: information representation in permanent archives

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: Mesmo constituindo o quadro de disciplinas dos cursos de Graduação em Arquivologia, poucas são as abordagens sobre Análise Documentária (AD) na área, comumente abordada no campo da Biblioteconomia. Esse estudo, de cunho bibliográfico, busca reforçar os aspectos teóricos sobre a AD e evidenciar a sua importância no processo de representação e recuperação da informação em arquivos, sobretudo nos arquivos permanentes, uma vez que é nessa etapa que o documento depende de uma descrição mais precisa, tendo em vista seu caráter de testemunho, prova, referência ou fonte de informações, servindo ao à pesquisa e à preservação da memória. Em suma, a adoção das técnicas de AD para a descrição arquivística, aliada ao conhecimento da massa documental e à precisão conceitual em arquivos permanentes, são aspectos fundamentais para que se obtenha maior qualidade nos processos de representação e recuperação, e consequentemente melhor controle dos fluxos informacionais e disponibilização do conteúdo das massas documentais.

Palavras-Chave: Análise Documentária; Arquivo Permanente; Representação da informação; Recuperação da informação.

Abstract: Even though it is the subject of undergraduate courses in Archival Science, there are few approaches to Documentary Analysis (DA) in this field, commonly addressed in the field of Librarianship. This bibliographic study seeks to reinforce the theoretical aspects about DA and to highlight its importance in the process of information representation and retrieval in archives, especially in permanent archives, since it is at this stage that the document depends on a more precise description, bearing in mind its character of

testimony, proof, reference or source of information, serving to the research and the preservation of memory. In short, the adoption of DA techniques to the archival description, together with the knowledge of the documentary mass and the conceptual precision in permanent archives, are fundamental aspects to obtain greater quality in the representation and retrieval processes, and consequently to improve the control of the informational flow and availability of the contents of the documentary masses.

Keywords: Documentary Analysis. Permanent Archive; Information Representation; Information Retrieval.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação desde o seu surgimento traz em sua essência a preocupação de socialização do conhecimento, bem como, os processos que levam a esse propósito e que permitem uma recuperação da informação eficiente. Uma definição clássica de Ciência da Informação diz que essa ciência tem como objeto a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação (GRIFFITH, 1980 apud CAPURRO, 2003). E ainda, conforme Saracevic (1966, p.44), “a recuperação da informação tornou-se uma solução bem-sucedida encontrada pela CI e em processo de desenvolvimento até hoje”.

A Arquivologia integra o *corpus* de disciplinas da Ciência da Informação (CI), que investiga os processos/etapas de organização da informação e do conhecimento e apontam direcionamentos para a institucionalização desses processos/etapas, “por meio da teoria, da metodologia e da prática relativa aos arquivos, assim como se ocupa da sua natureza, das suas funções e da especificidade de seus documentos/informações” (BELLOTO, 2002, p. 05), no sentido de garantir a confiabilidade, o acesso e o uso pela sociedade.

A Análise documentária (AD) pode ser compreendida como um dos processos de representação e recuperação da informação que são objeto de estudo da Ciência da Informação, sendo esta uma das etapas pela qual o documento passa, requerendo do profissional, um conhecimento bem estruturado das partes que integram essa etapa. É majoritariamente estudada e empregada pela Biblioteconomia, tendo em vista sua aproximação com os processos de representação da informação, como a indexação e as linguagens documentárias.

De acordo com Fujita et al. (1998, p.21) “a análise documentária é operacionalmente um tratamento documentário de conteúdos com a finalidade de elaborar representações condensadas do que está contido em textos”. Sendo assim, pode-se destacar a importância da

AD para o desenvolvimento do trabalho nos arquivos, tendo em vista que a representação e disponibilização eficaz da informação é um dos principais objetivos, destes espaços.

É função do profissional de Arquivologia disponibilizar os conteúdos documentais, facilitando ao usuário a consulta. Todavia, é comum em algumas instituições a falta de investimento nas técnicas de organização documental, incluindo os processos de análise, o que muitas vezes compromete o resultado final dos documentos disponibilizado nos arquivos. Compreende-se que, esse delineamento dá-se em razão do entendimento que ainda persiste e que entende os arquivos como instituições desnecessárias à sociedade, sobretudo os arquivos permanentes. Assim, essa pesquisa, em sua fase inicial, baseada no arcabouço teórico de autores e temáticas da Ciência da informação e da Arquivologia, tem como objetivo evidenciar a importância da análise documentária para a representação e recuperação da informação em arquivos permanentes.

2 ARQUIVO PERMANENTE

A estrutura organizacional dos arquivos tende a atender a teoria das três idades, que estabelece “uma ponte entre a documentação de gestão e a destinada a ser preservada para fins de pesquisa” (BELLOTTO, 2002, p. 26). Essa sistematização diz respeito ao ciclo vital dos documentos e compreende três fases do arquivo que corresponde ao uso dos documentos: corrente ou de gestão (documentos de valor primário, ligados à sua criação e conteúdo), intermediário (documentos de valor primário máximo, ligados à sua vigência) e permanente (documentos de valor secundário, de retenção permanente, documentos históricos) (BELLOTTO, 2002).

É na fase permanente que o documento perde todo seu valor primário/administrativo e adquire valor secundário/residual, preservado por seu caráter de testemunho legal e/ou cultural, prova, referência ou fonte de pesquisa. Ao contrário do que muitos consideram, não há na arquivologia a definição de “arquivo morto”, e sim, a guarda de documentos que não servem mais à administração e passam a compor o “Arquivo Permanente”, de valor secundário, que adquire entre outros fins, a preservação da memória/história (Quadro 1).

Quadro 1: Valor atribuído ao documento

Valor primário (Arquivo corrente/intermediário)	Valor secundário (Arquivo Permanente)
[...] atribuído ao documento em função do interesse que se possa ter para a entidade produtora, levando em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171).	[...] atribuído ao documento em função do interesse que se possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foram criados (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.172).

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Arquivo Nacional, 2018.

Para Schellenberg (1973, p. 19) os documentos que compõem um arquivo permanente são “documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para esse propósito, num arquivo de custódia permanente”.

Após serem classificados, é na fase corrente, a partir da avaliação documental, que os documentos têm seus prazos de guarda estabelecidos. Esta fase determina o descarte ou a retenção permanente, e direciona os documentos para a fase permanente, onde, após ter atingido seu valor secundário, o documento arquivístico deve ter seu conteúdo identificado de forma mais precisa, sendo descrito numa perspectiva afim de facilitar a pesquisa.

A descrição arquivística é abordada por muitos autores como sendo uma atividade própria do arquivo permanente que pode ser definida enquanto “um conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração dos instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 59).

Contudo, destacamos a Análise Documentária como a primeira etapa a ser realizada no processo de representação e recuperação da informação nos arquivos permanentes como um conjunto de procedimentos que antecedem a descrição arquivística, tendo em vista que, segundo Bellotto (2006, p. 179), o “processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. Assim, é a partir deste processo que o profissional de arquivo poderá elaborar técnicas e estratégias de leitura capazes de extrair as informações essenciais contida no documento, para o usuário, a ponto de representá-las nos instrumentos de pesquisa, garantido sua efetiva recuperação.

Segundo Cândido (2014) as Normas de Descrição Arquivística não se comprometem com as entradas ou saída de dados, assim como, a elaboração dos instrumentos de pesquisas fica por responsabilidade de cada instituição, sendo então, necessário aplicação de métodos que auxiliem o Arquivista a representar e dar acesso a informação, e a Análise Documentária

encontram-se entre esses métodos. Dessa forma, reconhecemos a AD como etapa essencial no trabalho realizado nos arquivos permanentes, uma vez que seus métodos permitem a representação e recuperação eficaz da informação contribuindo com a organização e a preservação da memória institucional. A AD é dentro deste contexto um conjunto de procedimentos metodológicos essenciais para a representação e recuperação da informação em arquivos.

3 ANÁLISE DOCUMENTÁRIA EM ARQUIVO

No que se refere ao tratamento, recuperação e disponibilização das informações contida nos arquivos permanentes, seu resultado final dependerá primordialmente de como será realizado o processo de análise documentária. Os procedimentos de Análise documentária “são conjuntos de operações realizadas para representar o conteúdo de um documento de forma distinta do original, com o fim de facilitar a consulta ou a recuperação da informação” (MARTÍNEZ DE SOUSA, 1989, p. 19). A AD investe na análise de diversos tipos de conteúdo, sejam estes escritos, em áudio ou vídeo, visando identificar as informações neles contidas.

Assim, a finalidade da AD é permitir que o indexador produza documentos secundários a partir da extração das informações relevantes do documento original, para determinada busca, ou usuário. A aplicação da AD exige do Arquivista um trabalho eficaz de compreensão, interpretação e síntese dos textos de modo a garantir objetividade e padronização das informações obtidas, permitindo que o indexador estabeleça para a informação uma terminologia específica de acordo com a área de conhecimento e as necessidades de busca do usuário, ou seja, permite a tradução do documento, transformando a “linguagem natural” do texto em “linguagem documentária”(CUNHA, 1987) (Quadro 2).

Quadro 2: Definição: Linguagem Natural e Linguagem Documentária

LINGUAGEM NATURAL	LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA
Considera-se a expressão linguagem natural como sinônimo de discurso comum, isto é, a linguagem utilizada habitualmente na escrita e na fala. [...] No contexto da recuperação da informação, a expressão normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos expressos, e por isso, considera-se como seu sinônimo a expressão “texto livre”. [...] É também empregada para designar palavras ou expressão extraída do texto por um indexador humano (ou por programa de computador) incluídas num programa bibliográfico (LANCASTER, 2004, p. 250).	Pode ser definida como um conjunto de termos organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, com o objetivo de possibilitar a recuperação e informações temáticas, reduzindo substancialmente a diversidade de terminologia. São também conhecidas como linguagem documentária e controladas. (LOPES, 2002, p. 47).

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Lancaster (2004) e Lopes (2002).

Para Fugita(1998) a análise documentária pressupõe dois momentos fundamentais: A determinação do assunto e a tradução/representação em uma linguagem de indexação. Observam-se alguns aspectos fundamentais neste processo:

1) que se deve ler apenas para procurar as ideias principais, e por isso não os detalhes; 2) serve para criar expectativa, e dessa forma, permitirá o reconhecimento de itens lexicais globalmente, 3) mantendo em mente os objetivos da leitura não perderá de vista o texto em sua totalidade (KLEIMAM, 2000, p.42).

É através da AD que o profissional busca entender qual importância que determinada documentação tem para o pesquisador no intuito de extrair dela os aspectos essenciais e necessários para o estudo, através de métodos de interpretação do conteúdo com objetivo de transmitir o real sentido do texto. Os processos de análise nos arquivos permanentes dependem principalmente da capacidade e metodologia aplicada por seus profissionais. “Por trás de cada discurso presente numa fonte documental surge uma informação que pode ser descoberta pela capacidade intelectual e pela perspicácia do investigador que analisa a informação” (PEÑA VERA; MORILLO, 2007). Ou seja, cada fonte contém suas características específicas, cabe ao investigador identificá-las.

Cândido (2014, p. 83) aborda a AD em suas duas vertentes Analítica e Sintética:

Na fase analítica, por meio da leitura técnica, se busca identificar quais são os pontos mais importantes do texto com objetivo de extrair termos condizentes com o texto analisado para representá-lo. Por sua vez, a fase sintética transforma os termos que foram extraídos em uma linguagem documental, como o vocabulário controlado, tesauros, etc.

Com base na sistematização das fases, na fase analítica, o profissional de arquivo deverá estabelecer estratégias de leitura de modo que venha a facilitar a interpretação dos textos documentais. O conhecimento prévio e as estratégias de leitura estão interligados às habilidades intelectuais deste profissional, que deve através de estratégias cognitivas e metacognitivas realizar procedimentos encadeados que compreendem a elaboração de uma leitura atenta para compreender o conteúdo e contexto do documento; realizar a identificação das partes mais importantes do texto com especial atenção para os conteúdos principais e de interesse; e, conduzir sua leitura na busca por respostas a partir de perguntas ao texto: Quem? Quando? Onde? Porque?. Nessa sistematização, a metacognição significa o conhecimento do conhecimento disponível, o que proporcionará não só familiaridade com o

material analisado como também o monitoramento de nossa atividade de leitura evitando erros e incompreensão (SILVA; FUGITA, 2004).

De acordo com Silva e Fugita (2004) é na leitura documentária que os fatores lógicos, linguísticos e cognitivos da indexação representam interferência, cabendo ao indexador a habilidade para realizar a análise conceitual do documento de forma eficaz e representá-las nos sistemas de informação.

O bom desempenho da AD para a descrição arquivística e na recuperação da informação em arquivos permanentes é essencial para que se obtenha a satisfação do usuário, permitindo a investigações que contribuam com estudos científicos e garantam o acesso a informações relevantes. Os arquivos permanentes são fontes históricas e preservam informações para além daquelas de cunho puramente jurídico, contábil e/ou administrativo. Dessa forma, a utilização da AD como uma das estratégias da descrição arquivística é evidenciada por permitir que o conteúdo dos documentos de ciclo permanente atenda a recuperação da informação necessária para (re)constituições históricas e para o fazer da pesquisa. AD atende assim a recuperação da informação realizada de forma satisfatória, permitindo a aproximação de um trabalho entre técnicas de análise e o próprio usuário.

A utilização da AD mostra-se necessária, tendo em vista que seu objetivo é otimizar a recuperação da informação e consequentemente melhorar o controle dos fluxos e disponibilização do conteúdo das massas documentais. Considera-se que o trabalho final de recuperação da informação nos arquivos permanentes dependerá, primordialmente, da eficácia do arquivista ao elaborar e adotar as técnicas de Análise documentária.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A grande quantidade de informação e dos grandes volumes documentais nos arquivos permanentes gera desafios no que se refere à recuperação dos conteúdos relevantes. Assim, faz-se necessário que o profissional de Arquivo tenha um bom conhecimento sobre o processo de Análise documentária.

A AD faz parte da organização da informação que estabelece requisitos metodológicos os quais explicitam procedimentos que levam à identificação do conceito terminológico dos documentos. O trabalho nos arquivos necessita de métodos de recuperação de informação produtores, tendo em vista que a informação é um recurso essencial e seu uso é de suma importância para sociedade. Em essência a AD é fundamental para possibilitar acesso à

informação para a sociedade, uma vez que através desta o usuário poderá recuperar a informação com maior rapidez, seja para pesquisa, consulta ou garantia de direitos.

Conclui-se que a atuação do profissional de Arquivologia aliada ao conhecimento da massa documental e à precisão conceitual, por meio das técnicas de AD, far-se-ão fundamentais para que se exerça o raciocínio lógico e obtenha maior habilidade para organizar e representar documentos em arquivos permanentes e lidar com diversos tipos de situação e de ambiente operacional. Esta pesquisa não se encerra aqui, à medida que se encontra em estágio inicial e busca ser parte de estudos que serão desenvolvidos e direcionados para os aspectos teóricos e práticos sobre análise documentária em arquivos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 231p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 31 Julh. 2018.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2014.

CAPURRO, Rafael. **A Epistemologia da Ciência da Informação**. V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, Belo Horizonte, novembro, 2003.

CUNHA, Anna Maria Marques. Análise Documentária. In: SMIT, Johanna W. **Análise Documentária: A análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987.

FUGITA, Mariangela; NARDI, Maria Izabel; SANTOS, Silvana. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v.10, n.3, p.13-31, 1998.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão de literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.31, n.1, p.41-52, abr. 2002.

MARTÍNEZ DE SOUZA, J. **Diccionario de Bibliología y ciencias afines**. Madrid: Fund. Germán Sánchez Ruipérez, 1989.

PEÑA VERA, T.; MORILLO, J. **La complejidad del análisis documental**. Información, Cultura y Sociedad, Buenos Aires, n. 16, p. 55-81, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1973.

SILVA, M. dos R. da; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, mai/ago., 2004.